

# EDUCAÇÃO PARA TODOS E ATENÇÃO ÀS DIFERENÇAS: UM OLHAR PARA OS PROCESSOS DE INCLUSÃO

*Adriana Renata Sathler de Queiroz*

Há uma expressiva produção nacional e internacional que evidenciam os problemas e os desafios da educação para todos. Neste campo, encontram-se esforços para a compreensão dos determinantes e condicionantes do sucesso ou do fracasso escolar; com vistas a promover uma educação que garanta a participação plena, igualitária e que satisfaça as necessidades de todos os grupos da sociedade.

A concepção da educação inclusiva amplia essas possibilidades nos ambientes de aprendizagem, uma vez que favorece a criação de espaços enriquecidos pela diversidade. No qual, todos os cidadãos, independente de raça, etnia, deficiência, gênero, orientação sexual, religião, situação socioeconômica ou qualquer outro aspecto de diferença, possam ser capazes de desenvolver suas habilidades para ampliar as oportunidades de realizar o próprio projeto de vida.

No caso da pessoa com deficiência é proeminente as barreiras que limitam sua participação, condição essa, que por vezes, se sobrepõe a outros tipos de discriminações supracitadas.

Não raro, os sistemas educacionais possuem dificuldades de atender aos estudantes, cujo perfil está fora do escopo cultural, curricular pedagógico e estrutural da escola comum. O problema não está delimitado no espaço escolar. A pessoa com mobilidade reduzida precisa lidar, também, com outros tipos de inacessibilidade presentes nas cidades brasileiras.

A inclusão socioespacial é um determinante para o desempenho educacional. Os espaços construídos dentro de uma perspectiva universal, tendem a minimizar as barreiras extrínsecas, favorecendo a autodeterminação das pessoas e a percepção de pertencimento.

De acordo com a teoria da autodeterminação, Deci e Ryan(2000,p.55) fazem uma distinção básica entre os fatores intrínsecos (inerente a satisfação) e extrínsecos (regulação através da identificação de valor da atividade). Os autores enfatizam a importância da motivação intrínseca para a educação, como fonte natural de aprendizagem e para realizar ações extrinsecamente motivadas. Estas, influenciam a qualidade da experiência e do desempenho.

Tornar visíveis os motivos subjacentes tanto da inclusão quanto da exclusão. Dar voz as pessoas com deficiência, valorizando suas experiências vivenciadas e as lições que orientam a prática. Constitui um importante passo para compreender o cotidiano dos indivíduos e identificar possibilidades alternativas para efetivar a educação para todos.

Este artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de inclusão versus exclusão em busca de estratégias diferenciadas na educação, à luz do modelo de desenho universal.

O processo inclusivo em ambientes educacionais envolve mudanças substanciais na visão das diferenças, no que tange valores, atitudes, práticas e políticas dentro e fora da escola.

Apesar dos movimentos sociais e políticos que apoiam a inclusão e do arcabouço legal para garantia do direito à participação na educação, independente das diferenças, são inúmeras as dificuldades vivenciadas pelas instituições escolares.

As mudanças requeridas em cada unidade escolar para a implementação de uma educação para a diversidade envolvem estrutura arquitetônica e de recursos, Projeto Político Pedagógico, organização curricular, metodologias de ensino, práticas pedagógicas, sistema de avaliação, programação de atividades, etc.... No entanto, para além dessas transformações, o ingresso no ensino comum de alunos com deficiências trouxe, no seu bojo, uma reconfiguração substancial das relações interpessoais entre os diferentes atores escolares. (GLAT, R., 2018, p.11).

A educação inclusiva também desafia a capacidade de todos os atores envolvidos, a transpor os modelos socioculturais que influenciam à exclusão.

Plaisance (2010, p.35), afirma que colocar dentro de um mesmo espaço não significa necessariamente o fim das medidas de exclusão em relação às pessoas. Assim como, discorre sobre como as aparências podem ser enganosas e dissimular formas sutis de rejeição.

São os “excluídos de dentro”, segundo a expressão feliz do sociólogo Pierre Bourdieu (1993), que tratava não da questão da deficiência, mas das desigualdades de escolarização dentro do mesmo sistema escolar. São os sujeitos “segregados”, segundo uma expressão mais familiar aos psicanalistas. (PLAISANCE, 2010, p.35)

Neste cenário, agravado por atitudes e práticas de segregação, o processo de inclusão é comprometido. Por vezes, as dificuldades de aprendizagem e instrumentais recaem sobre o estudante com deficiência, resultando na negligência do sistema educacional. As pessoas com deficiências estão

sujeitas a não-participação em ocupações nos espaços coletivos, mesmo tendo seus direitos garantidos por Lei.

Caracterizado por situações complexas e heterogêneas, diferentes teorias psicológicas e sociológicas tentam explicar o fenômeno da exclusão, em destaque: a) “desqualificação” de Paugam (1991), b) “de inserção” trabalhada por Gaujelac e Leonetti (1994), c) “apartação social proposta por Cristóvão Buarque (1993), incluindo os processos de “desfiliação” por Robert Castel. (SAWAIA, 2004, p21)

Entretanto, nas últimas décadas estão surgindo modelos e processos com a proposição de romper com a cultura da exclusão. Partindo do princípio que a construção de condições e valores inclusivos são sistêmicos e atitudinais.

A inclusão é um processo. Ou seja, não é simplesmente uma questão de fixar e alcançar determinados objetivos de uma matéria acabada. Na prática, o trabalho nunca termina. A inclusão deve ser considerada como uma busca interminável de maneiras mais apropriadas de responder à diversidade. Trata-se de aprender a viver com a diferença, e, aprender a aprender com a diferença. Desta forma, a diferença é um fator positivo e um estímulo para a aprendizagem de crianças e adultos. (AINSCOW, 2004, p.118)

Um modelo universal para educação de todos caracteriza-se por estratégias equitativas e flexíveis para o acolhimento das diferenças individuais, a fim de que todos possam desenvolver suas capacidades de forma significativa.

A inclusão procura assegurar o acesso, a participação e o sucesso de todas as crianças e jovens em contextos regulares de educação e ensino, combatendo-se deste modo qualquer forma de exclusão. Garantir o acesso à escola regular constitui a dimensão mais fácil de alcançar o processo de inclusão, pois depende sobretudo de decisões de natureza política. Já assegurar a participação e o sucesso na aprendizagem envolve mudanças significativas nas formas de conceber a função da escola e o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem. (NUNES; MADUREIRA, 2015, p.30).

Após trinta anos de pesquisa em torno do mundo, estudos têm mostrado que a presença de alunos com deficiência não impacta negativamente a aprendizagem de outros estudantes. (KATZ, 2013, p.156). No entanto:

No Brasil, 61,1% da população de 15 anos ou mais, com algum tipo de deficiência, não têm instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Essa defasagem

educacional ocasiona muitas dificuldades para a garantia de empregabilidade, apesar da política de cotas e outras ações afirmativas em vigor no país. (REDIG; MASCARO; CARLOU, 2013, p.159)

Entre as estratégias para contemplar a diversidade do alunado são as práticas de ensino customizadas como o Plano de Educação Individualizado (PEI). O PEI que é uma base de atuação e intervenção pedagógica, de forma contextualizada, a partir das especificidades de cada aluno; visto que não há uma única forma de atender às necessidades educacionais (GLAT; PLETSCH, 2013, p.18)

Estratégias que atenda a coletividade, com respeito a singularidade favorece a motivação intrínseca da pessoa com deficiência. São vários os elementos que orientam a diferenciação no ambiente educacional e que apoiam os princípios do desenho universal da aprendizagem. O modelo quando combinado com práticas diferenciadas de ensino e avaliação fornece a possibilidade de tornar tanto o currículo como ambiente de aprendizagem inclusivo.

Nesta concepção, a instrução diferenciada é um processo de ensino e aprendizagem para estudantes de diferentes habilidades na mesma classe, sendo que o objetivo da diferenciação é o de maximizar o desenvolvimento do alunado e o sucesso individual. (HALL; STRANGMAN; MEYER, 2004, p.3).

No que concerne à educação para todos, o desenho universal em aprendizagem é um modelo flexível que contempla estudantes com ou sem deficiência. Sua proposição tem como meta promover o acesso e a participação de todos incluídos em contexto sócio-educacional.

O foco inicial desse modelo era o uso de tecnologias para facilitar a acessibilidade arquitetônica. Ao ampliar o conceito para a educação acessível, reconhece que as práticas pedagógicas diferenciadas são uma oportunidade para a educação inclusiva, fornecendo currículos e atividades instrucionais que permitam múltiplos meios de representação, expressão e engajamento. (KATZ, 2013, p.157)

Em crescente desenvolvimento, o desenho universal compõe políticas de diversos países, inclusive no Brasil, como dispõe o Artigo 3º da Lei Brasileira de Inclusão. No entanto, as limitações apontadas pelos pesquisadores nesta área, diz respeito a pouca produção de pesquisas científicas que determinem métodos de implementação eficazes e respondam aos desafios da educação inclusiva.

A viabilidade da educação para todos se relaciona com a eliminação das barreiras que configuram situações de segregação. Com a criação de ambientes de aprendizagem, onde, as diferenças do *Ser* são a força motriz na inovação em educação para outro e para si mesmo. Um lugar

de expressão e de produção de vida, lugar esse capaz de diminuir as dificuldades que impedem a participação das pessoas na sociedade e o exercício pleno dos seus direitos. No imaginário coletivo, esse lugar de aprendizado é reconhecido como escola.

## REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M. Developing inclusive education systems: what are the levers for change? **Journal of Educational Change**, jun. 2005, v. 6, pp. 109–124. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10833-005-1298-4>
- DECI, E. L.; RYAN, R. M. Intrinsic and Extrinsic Motivations: Classic Definitions and New Directions. **Contemporary Educational Psychology**, jan, 2000, v. 25, pp. 54–67. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0361476X99910202?via%3Dihub>.
- GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, Edição Especial, p. 9–20, 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1413-65382018000500009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382018000500009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)
- GLAT, R.; PLETSCH, M. D. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre políticas curriculares e processos de avaliação escolar. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.) **Estratégias Educacionais Diferenciadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 17–32
- HALL, T.; STRANGMAN, N.; MEYER, A. Differentiated Instruction and Implications for UDL Implementation Effective. **National Center on Accessing the General Curriculum**. 2003. Disponível em: <http://aem.cast.org/about/publications/2003/ncac-differentiated-instruction-udl.html#.XOFyv8hKiUk>.
- KATZ, J. The three block model of universal design for learning (UDL): Engaging students in inclusive education. **Canadian Journal of Education**, V. 36, P. 153–194, mai 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13603116.2014.881569>.
- NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Invest. Práticas**, Lisboa, v. 5, n. 2, p. 126–143, set. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S218213722015000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S218213722015000200008&lng=pt&nrm=iso).
- PLAISANCE, E. Ética e inclusão. Tradução de Fernanda Murad Machado. **Cadernos de Pesquisa**, França, v. 40, n. 139, p. 13–43, abr 2010. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/183/203>.
- REDIG, A.; MASCARO, C. A. A. C.; CARLOU, A. Inclusão no trabalho de pessoas com necessidades especiais. In: GLAT, R.; PLETSCH, M. D. (org.) **Estratégias Educacionais Diferenciadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 157–173
- SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. Editora Vozes, 2004.

## RESUMO

A educação inclusiva da pessoa com deficiência desafia múltiplos sistemas sociais. Este estudo refletiu sobre o processo de inclusão versus exclusão em busca de estratégias diferenciadas na educação, à luz do modelo de desenho universal. A educação para a diversidade está entrelaçada com a construção de ambientes, currículo, práticas e estratégias instrucionais e instrumental acessível, sobretudo, a de valores inclusivos. Do qual, o modelo de desenho universal para aprendizagem é interdependente. São vários os elementos que orientam a diferenciação no ambiente educacional e que apoiam os princípios do desenho universal da aprendizagem, sendo necessário determinar métodos de implementação eficazes que respondam aos desafios da educação para todos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Exclusão. Diferenciação de Ensino. Desenho Universal.